

**A. I. Nº** - 210436.0062/09-1  
**AUTUADO** - RA – RESTAURANTE & BAR LTDA.  
**AUTUANTE** - MARIA DO SOCORRO SODRE BARRETO  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/METRO  
**INTERNET** 21.07.2010

## 5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0179-05/10

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente do valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição da penalidade aplicada. Imputação não elidida. Reconhecimento posterior da infração e pagamento da multa lançada, com os benefícios da Lei nº 11.908/10 (Lei da Anistia Fiscal). Defesa **PREJUDICADA**. Extinção do Processo Administrativo Fiscal. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 09/11/2009, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para aplicação da multa no valor de R\$ 690,00, sob acusação de que o estabelecimento foi identificado realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente, conforme Termo de Contagem de Caixa, Termo de Ocorrência, e Denúncia Fiscal, às fls.05 e 08.

Em complemento consta na descrição dos fatos:

*"Falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final, apurada através de Termo de Contagem de Caixa, com resultado positivo no valor de R\$ 1.008,21, oportunidade em que foi emitida a nota fiscal nº 3484, em 06/11/2009, referente à diferença encontrada".*

O autuado, em sua defesa constante às fls.16 a 18, impugnou o lançamento consubstanciado no auto de infração, ponderando que na atividade comercial que exerce é possível haver alguns enganos, sobretudo em se tratando de atividade de intenso movimento varejista e no horário em que se operou a visita. Afirmou ainda que a diferença apurada na auditoria de caixa poderia advir tanto de um fundo inicial de caixa, quanto através de vendas processadas através de talonários fiscais.

Pede que as suas razões sejam acatadas ao tempo em que postula que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

A autuante presta informação fiscal à fl. 31. Historia que a partir da denúncia protocolada sob o nº 19.145/09, foi informado pelo consumidor que após terminar uma refeição solicitou do garçom do estabelecimento autuado o correspondente documento fiscal. No entanto, o mesmo não foi atendido em sua solicitação. Em decorrência, a empresa foi objeto de ação fiscal, ocasião em que se processou a contagem do caixa, na presença da sra Andréia Nascimento de Araújo, identificada como gerente do estabelecimento, sendo apurada uma diferença positiva no valor de R\$ 1.008,21, após a dedução das vendas acobertadas através de nota e cupom fiscal e saldo inicial de caixa. Na mesma ocasião, a fiscalização determinou a emissão de NF 2384, datada de 06/11/09, no valor da diferença encontrada, de forma a que ficou caracterizada a falta de emissão de documento fiscal de saída, aplicando a penalidade, de caráter forn

infração aos arts. 218 e 220 do RICMS/Ba.

A autuante informou ainda que a alegação feita pela autuada de que a diferença positiva encontrada no caixa poderia ter sido em razão do fundo inicial de caixa ou de vendas através de talonários fiscais não procede, visto que na data em que se operou a ação fiscal e até a sua conclusão, não havia sido emitido, pelo contribuinte, qualquer documento que desse suporte às diferenças encontradas. Quanto ao fundo inicial de caixa, declarou também não proceder as alegações defensivas, uma vez que foi considerado no procedimento fiscal o saldo inicial de R\$ 1.000,00, declarado pelo próprio sujeito passivo.

Ao finalizar, pediu que o Auto de Infração seja declarado totalmente procedente.

Às fls. 35/36, a Secretaria do CONSEF, através da sua Coordenação Administrativa, juntou ao PAF relatórios extraídos dos sistemas informatizados da SEFAZ informando o pagamento do débito lançado no Auto de Infração com os benefícios da Lei nº 11.908/10 (Lei da Anistia Fiscal).

## VOTO

A multa lançada no Auto de Infração foi aplicada em razão de descumprimento de obrigação acessória, relativa à falta de emissão de documentos fiscais nas operações de vendas de mercadorias a consumidor final, com base no Termo de Contagem de Caixa (doc. fl. 05).

A ação fiscal que resultou na aplicação da penalidade objeto deste processo é decorrente de visita fiscal ocorrida no dia 06/11/2009, realizada pela agente de tributos estaduais Maria do Socorro Sodré Barreto – Cadastro nº 210436-0, no estabelecimento do autuado, sendo verificada a realização de vendas de mercadorias sem emissão de documento fiscal próprio, fato esse, confirmado através do Termo de Contagem de Caixa à fl. 5, no qual, foi apurada a existência de R\$ 1.008,21, sem cobertura fiscal.

A Auditoria de Caixa é um roteiro de fiscalização realizado, por prepostos da fiscalização de mercadorias em trânsito, no estabelecimento do contribuinte e é muito empregado para verificação se o estabelecimento emitiu notas fiscais nas operações que realizou no dia da visita fiscal. Consiste na contagem do numerário existente no Caixa no momento da fiscalização, e a partir dessa contagem, conferir a sua origem, ou mais precisamente, se dito numerário é originário de vendas mediante emissão dos documentos fiscais correspondentes.

No presente caso, a ação fiscal teve por motivação a Denúncia protocolada sob o nº 19.145/09, ocasião em que foi informado pelo consumidor que após terminar uma refeição solicitou do garçom do estabelecimento autuado o correspondente documento fiscal. No entanto, não foi atendido em sua solicitação. Em decorrência, a empresa foi fiscalizada, ocasião em que se processou a contagem do caixa, na presença da sra Andréia Nascimento de Araújo, identificada como gerente do estabelecimento, sendo apurada uma diferença positiva no valor de R\$ 1.008,21, após a dedução das vendas acobertadas através de nota, cupom fiscal e saldo inicial existente no caixa. Na mesma ocasião, a fiscalização determinou a emissão da NF 2384, datada de 06/11/09, no valor da diferença encontrada, de forma que ficou caracterizada a falta de emissão de documento fiscal de saída, aplicando-se a penalidade, de caráter formal, no valor de R\$ 690,00, prevista no art. 42, inc. XIV-A, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, por infração aos arts. 218 e 220 do RICMS/Ba.

Ocorre que o contribuinte, após a protocolização da defesa, reconheceu a procedência da imposição fiscal, tendo efetuado o pagamento da penalidade, com as reduções previstas na Lei nº 11.908/10 (Lei da Anistia Fiscal). O referido ato de reconhecimento constitui confissão de cometimento da infração tributária.

Ante o exposto, voto pela **EXTINÇÃO** do Processo Administrativo Fiscal, devendo ser homologados os valores recolhidos pelo sujeito passivo, com as reduções previstas na Lei de Anistia Fiscal.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal que resultou do Auto de Infração nº 210436.0062/09-1, lavrado contra **RA – RESTAURANTE & BAR LTDA.**, devendo ser homologados os valores recolhidos pelo contribuinte com os benefícios da Lei nº 11.908/10.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de julho de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE/RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – JULGADORA

JORGE INÁCIO DE AQUINO – JULGADOR